



A IMIGRAÇÃO NOS AÇORES: UMA OPORTUNIDADE

...a imigração, à semelhança do que aconteceu e acontece noutras paragens, constitui uma mais valia para a região.

Dentro do quadro emigratório português, o arquipélago açoriano é uma referência obrigatória, se tivermos em atenção o que a emigração representou e continua a representar (obviamente com outros contornos e com muito menor expressão numérica) no tecido social, económico e cultural da Região.

Sem deixar de ser – no sentido mais restrito do termo – uma Região de emigração, as ilhas têm sido palco nos últimos 6 anos de um movimento imigratório mais ou menos regular, obedecendo aos mesmos contornos que o fenómeno assume no continente português, nomeadamente em relação à origem, à inserção sócio-laboral, etc.

A emergência dos fluxos migratórios para os Açores deve ser entendida sob duas perspectivas, nomeadamente a macro e a micro. Dentro da perspectiva macro, deve-se salientar que, os Açores situam-se dentro do grupo das Regiões do Centro, que se caracterizam, essencialmente, pela escassez da mão-de-obra em alguns sectores da actividade económica. O maior e rápido incremento do processo da globalização, a facilidade de comunicação e transportes, as discrepâncias de qualidade de vida entre as regiões são factores que potenciam a deslocação de pessoas das suas origens (periferia) para as regiões mais desenvolvidas (centro), aliado à existência de grandes disparidades de desenvolvimento entre regiões e países. Perante o actual cenário dos movimentos migratórios, a noção de “ muito longe” é uma questão altamente secundária.

Não obstante haver razões específicas do arquipélago que condicionaram o aumento considerável dos fluxos migratórios, o certo é que o contexto nacional português deverá ser tido em consideração na busca dessa explicação. A partir de 1986, altura da adesão de Portugal à CEE, e aliando outros factores, o mercado de trabalho nacional sofreu grandes transformações, potenciado, por exemplo, no sector das obras públicas crescimentos assinaláveis. Por outro lado, o aumento da mobilidade para Portugal é bem visível, sobretudo, no final de década de 90 em que residiam no país 191143 cidadãos estrangeiros. No entanto, em 2005, residiam em situação legal em todo o território nacional 553130 cidadãos estrangeiros, representando um aumento na ordem de 189% face ao final de década de 90. Este aumento exponencial da população imigrante em Portugal, permitiu uma relativa dispersão do fenómeno para outros pólos e concelhos do país, diferenciando com o passado recente em que a área metropolitana de Lisboa e, até certo ponto, o Porto, acolhiam quase a generalidade da população imigrante. Por isso, os Açores emergem, também, dentro desta descentralização do fenómeno migratório, verificada no país a partir do final da década de 90.

Por outro lado, dentro da esfera micro, sobressaem situações conjunturais e específicas que favoreceram o incremento destes fluxos migratórios para a região. Primeiro, é de salientar o ambiente económico favorável (abaixamento de taxas de juros, transferência de fundos estruturais, etc) que se traduziu no *boom* na área de construção civil no arquipélago.

Um outro factor dentro da esfera micro que potenciou o aumento da população imigrante na Região, foi o processo de reconstrução ocorrido nalgumas Ilhas do Grupo Central, sobretudo, no Faial, na sequência da actividade sísmica verificada em Junho de 1998.

A quantificação do fluxo migratório no arquipélago não é fácil. Como já foi referido anteriormente, a quantificação dos imigrantes no território nacional é algo complexo e muitos dos números apresentados são, regra

geral, contraditórios. Face à facilidade de mobilidade entre o continente e a Região e ao peso relativo do movimento sazonal, a quantificação deste fluxo torna-se, de facto, um problema, o que exige uma leitura atenta e a consulta crítica de várias fontes, nomeadamente, SEF, IGT, INE, etc.

Segundo os dados do SEF, em Dezembro de 2005, residiam legalmente na Região Autónoma dos Açores, 7403 cidadãos estrangeiros, contabilizando, para o efeito, os soldados norte-americanos destacados na Base das Lajes, na Ilha da Terceira, que até a data eram 3209 indivíduos. Subtraindo essa população, que tem especificidades próprias e, por isso, não faz sentido perspectivá-los como imigrantes num quadro mais restrito, ficaremos com uma população imigrante a rondar os 4194 indivíduos. Nesta contabilização, entram todos os cidadãos estrangeiros em situação legal na Região Autónoma dos Açores e portadores de qualquer título válido. Não obstante o peso diferenciado de diferentes comunidades, o facto é que gradualmente a região vai-se tornando num espaço de convergência de pessoas provenientes de várias latitudes, acolhendo estrangeiros de mais 50 países diferentes.

Em relação à importância numérica das comunidades, é possível destacar 4 comunidades mais representativas: a cabo-verdiana com um total de 699 indivíduos, representando 16,7%, seguida da proveniente dos Estados Unidos (16,4%). Em terceiro, aparece a comunidade brasileira com um total de 577 indivíduos, equivalendo 13,7%. O quarto destaque vai para os cidadãos provenientes do Leste Europeu que, à semelhança com a realidade no continente português, têm tido cada vez mais importância no país e na região. Neste grupo, os ucranianos têm uma maior importância numérica, com uma comunidade formada por aproximadamente 400 indivíduos, equivalente a 9,5%. Destaca-se ainda, os cidadãos provenientes da União Europeia que no conjunto representam 19,6% do total dos estrangeiros na região, com a preponderância dos alemães (9,6%).

Se compararmos a distribuição da população estrangeira na região com o resto do país, a única diferença mais substancial prende-se com o peso elevado de cidadãos provenientes dos Estados Unidos e do Canadá, que representam 16,4 e 9,4%, respectivamente. Parece-nos que este peso se prende à forte componente histórica que a emigração açoriana assumiu para aqueles dois países do continente americano, assistindo, por isso, ao retorno voluntário e involuntário de muitos desses emigrantes. Também é uma hipótese plausível afirmar que uma percentagem significativa destes emigrantes retornados à região, tem a dupla cidadania e acabam por concretizar, numa fase de inactividade profissional, o tal regresso à terra natal que acompanha sempre um migrante.

Em relação ao peso dos estrangeiros provenientes da União Europeia, que de resto acompanha, também, a tendência nacional, assume-se, possivelmente, como uma mobilidade diferente da que se verifica, com as outras comunidades, nomeadamente com a proveniente da África Lusófona, Brasil e Leste Europeu. Em princípio, estaremos perante um conjunto de indivíduos que procuram a região como um espaço de refúgio, depois de uma vida profissional activa concretizada nos países de origem, tendo assumido, por isso, uma migração não laboral ou, se quisermos, não excessivamente laboral.

Outro facto curioso, dentro da quantificação do fluxo imigratório nos Açores, é a existência de indivíduos migrantes provenientes de países que, *a priori*, não possuem nenhuma ligação com Portugal. Com uma expressão numérica praticamente inexpressiva, temos na Região, por exemplo, cidadãos oriundos do Bangladesh, Egipto, Paquistão, Senegal, entre outros. Apesar da pouca relevância estatística que estes casos representam e do fenómeno ser muito novo na Região, comprovam, no entanto, a dimensão global do fenómeno nas ilhas.

Apesar de ser um fenómeno recente na região, estamos convencidos de que a imigração, à semelhança do que aconteceu e acontece noutras paragens, constitui uma mais valia para a região. A aposta muito objectiva na integração e a criação de condições que promovam a igualdade de oportunidades entre as pessoas, deverão ser os pressupostos das nossas acções.

É, também, por isso que foi criada a AIPA, na tentativa dos imigrantes, reunidos em torno de uma organização, contribuírem para uma melhor integração.

PAULO MENDES

Presidente da Associação dos Imigrantes nos Açores